

Por Bernardo Franke Dahinten e Cássio Augusto Vione da Rosa

A sustentabilidade do sistema de saúde suplementar passa pela necessidade de equacionar o legítimo interesse dos consumidores às reais possibilidades das operadoras

O sistema de saúde suplementar é de uma importância social indiscutível. Atualmente, são 51 milhões de beneficiários (dados de 24/7/24) incluídos nesse sistema e que utilizam os serviços assistenciais por ele viabilizados.

Essa importância social vai ainda mais além: através dos planos e seguros de saúde, tal sistema desafoga o Sistema Único de Saúde e injeta investimentos e recursos financeiros substanciais na Saúde Pública - inclusive através do ressarcimento ao SUS que, apenas em 2022, repassou quase R\$ 950 milhões ao setor público.

Outro dado relevante: de acordo com o Portal da Transparência (Controladoria Geral da União), o total de despesas executadas pela União para a área da saúde, em 2023, foi de R\$ 161,22 bilhões. Já o total de despesas assistenciais realizadas pelos planos de saúde, também em 2023, foi superior a R\$ 240 bilhões. Ou seja, o poder público, que atende mais pessoas (em tese, toda a população), gastou um valor menor do que os planos de saúde gastaram com uma massa de beneficiários muito inferior. Em números absolutos, a diferença já demonstra a importância dos planos de saúde. Se considerarmos o gasto per capita (investimento total dividido pela quantidade de pessoas favorecidas), a diferença é ainda maior.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Migalhas, em 05.09.2024